

APRESENTAÇÃO

*Camilo Albuquerque Braz**
*Carolina Branco de Castro Ferreira***
*Carolina Parreiras****
*Talita Castro*****

As chamadas sociedades ocidentais, desde o final dos anos 1960, têm testemunhado a ascensão de movimentos feministas com um cunho mais radical em relação às manifestações pró-sufrágio universal surgidas no começo do século XX. Esses movimentos mais recentes, conhecidos como a “segunda onda do feminismo” ou o “novo feminismo”, propunham uma política social revolucionária e afirmavam que a opressão das mulheres estava enraizada em processos psíquicos e culturais profundos. Os objetivos feministas, a partir daí, exigiam mudanças fundamentais na sociedade. Nesse contexto, surge o conceito de gênero para desconstruir noções naturalizadoras e biologizantes das relações entre homens e mulheres. O debate em torno dele é relativamente recente e apresenta um avanço teórico significativo em relação aos chamados “estudos de mulheres”, ainda que haja controvérsias no campo feminista relativas a um possível caráter despolitizador do conceito (Piscitelli, 1998). De qualquer modo, as discussões em torno do conceito de gênero têm contribuído para a teoria social como um todo, na medida em que a desnaturalização dessas diferenças abre para a possibilidade de questionamentos

* Prof. Dr. em Antropologia Social na Universidade Federal de Goiás.
E-mail: camilobraz@gmail.com.

** Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: carolinabcf.uni@gmail.com.

*** Doutoranda em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: carolparreiras@gmail.com.

**** Doutoranda em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: talitacastro@gmail.com.

da naturalização de outras formas de desigualdade social, tais como as que se baseiam em relações étnico/raciais, nacionalidade, sexualidade, classe e geração (Brah, 2006).

No artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que se tornou leitura obrigatória para teóricos/as feministas no Brasil a partir de sua tradução para o português na década de 90, a historiadora Joan Scott propõe que o estudo das mulheres e o aparecimento do conceito de gênero não só acrescentava novos temas, mas sobretudo, impunha um reexame crítico da História e dos critérios científicos existentes.

O contexto do desenvolvimento da noção de gênero é também o da crítica das categorias utilizadas para nomear os sujeitos políticos de movimentos sociais libertários, como o feminismo e o movimento LGBT. Se, a partir do final dos anos 1970 e início dos 80, passa a ser difícil definir o discurso feminista como unitário, já que este “se constitui como um campo amplo, heterogêneo, policêntrico, multifacetado e polifônico” (alvarez, 1998, p. 265), também no campo acadêmico instauram-se debates em torno da legitimidade das categorias que nomeiam tais sujeitos (Butler, 2003; Haraway, 2004). Nesse sentido, as críticas empreendidas pelos movimentos feministas negro e lésbico, bem como pelos chamados estudos *gays* e lésbicos nos anos 1980, ganham relevância no contexto em que a própria categoria “mulher”, no singular, passa a ser questionada¹. Na década seguinte, os chamados estudos *queer* ampliam o debate, ao questionar as políticas identitárias tidas como hegemônicas nos movimentos feminista, gay e lésbico (Miskolci; Simões, 2007). Um dos debates acadêmicos e políticos atuais está centrado na possibilidade de se imaginar ou não um substrato natural sobre o qual a cultura opera para se criar o gênero –

¹ O sistema sexo-gênero é o conceito elaborado por Gayle Rubin e se refere a um conjunto de arranjos através do qual a “matéria-prima biológica” do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional. Tal sistema constituiria uma parte da vida social que seria o *locus* da opressão das mulheres, das minorias sexuais e de determinados aspectos da personalidade humana nos indivíduos (Rubin, 1986). Essas idéias é que levam a autora a postular que a “revolução feminista profunda” libertaria não somente as mulheres, mas formas de expressão sexual diversas. Esse conceito representou um avanço teórico-político para o feminismo e para os estudos de gênero, no entanto ele passou a ser criticado, pois ainda deixava intocada a idéia da natureza como dado pré-discursivo; substrato natural sobre o qual se constroem as culturas e sociedades.

no limite, a questão é se é possível imaginar ou não as relações de gênero como sendo interpretações culturais (e, portanto variáveis) de um sexo tomado como natural e calcado na biologia.

Essas discussões não se deram somente em âmbito internacional. Assim, se desde os anos 70 o debate acadêmico e político nacional sobre sexualidade, gênero, homossexualidade e corpo tem sido fortemente influenciado pelos campos feministas, gays, lésbicos e *queer* internacionais, é importante ressaltar o quanto a produção de conhecimento nacional parte de reflexões relativamente independentes e igualmente ricas, a partir de uma atuação política e acadêmica contemporânea à que se deu em outros países (Carrara e Simões, 2007).

Este Dossiê sobre gênero, moralidades e sexualidades contemporâneas nasceu da nossa percepção acerca da variabilidade desse campo, que reúne posicionamentos teórico-políticos distintos. Assim, nossa intenção era a de reunir contribuições de autores/as no âmbito nacional e internacional, ligados à pós-graduação em ciências humanas, influenciados/as pelos debates ora mencionados.

Abrimos este número com o artigo de Andréia Skackauskas Vaz de Mello que aborda um tema espinhoso para o feminismo: a prostituição. A autora discute a prostituta como sujeito político de direitos e sua formação no Brasil a partir de políticas públicas de luta contra a AIDS no país. Para tanto, o campo etnográfico da pesquisa é a Rede Brasileira de Prostitutas, com enfoque na Organização Não-Governamental da cidade do Rio de Janeiro. Além disso, Mello faz boas sínteses sobre a diversidade de modelos legais presentes em âmbito internacional nas discussões sobre prostituição, para em seguida, mostrar como estes operam localmente nas ações políticas dos principais atores sociais envolvidos no debate.

O texto de Olivia Von Der Weid discute a noção de prazer envolvida na prática do *swing*, a partir de etnografia e de entrevistas realizadas com casais adeptos entre os anos de 2003 e 2007, na cidade do Rio de Janeiro. Do trabalho, é possível reter a importância tanto do gênero quanto da sexualidade, e dos modos pelos quais suas convenções são discursivamente produzidas e incorporadas, para um entendimento antropológico acerca do prazer. Fantasia, transgressão, intensidade e controle surgem como as dimensões relevantes na discussão. O texto também anuncia uma discussão acerca da possível

ressignificação e dos limites da norma heterossexual entre esses casais “liberais”, por meio de uma discussão acerca da “tolerância” ou mesmo “incitação” de práticas sexuais entre mulheres nesses encontros – embora aquelas entre homens permaneçam como tabu.

Há uma percepção geral, entre aqueles/as que realizam estudos sobre as homossexualidades, de uma relativa discrepância entre o volume da produção que toma como campo as relações afetivo-sexuais entre mulheres e a que direciona o olhar para outros lugares. Assim, dois textos aqui reunidos buscam contribuir para suprir tais lacunas e problematizar as lesbianidades contemporâneas.

É justamente sobre as implicações da heteronormatividade na regulação de relações afetivo-sexuais entre mulheres que vai falar o texto de Livia Gonsalves Toledo e Fernando Silva Teixeira Filho. Os autores partem de entrevistas realizadas junto a cinco mulheres residentes numa cidade do interior de São Paulo, para discutir possíveis efeitos da chamada norma heterossexual na conjugação de ilegitimidades, marginalizações e estigmas em torno das lesbianidades. Ao mesmo tempo, esse artigo permite reafirmar a importância de distintos marcadores sociais de diferença na interpretação de processos de constituição de subjetividades, atinadas ao questionamento de categorias que pretendem responder universalmente às demandas e posições de sujeitos variadamente localizados, nas ditas sociedades ocidentais contemporâneas.

O artigo de Aline da Silva Piason e Marlene Neves Stray também mostra a preocupação em discutir modos de interpretar os processos de reconhecimento e de vivência enquanto lésbicas, tomando como campo entrevistas realizadas junto a mulheres de Porto Alegre. O texto reforça a noção de que essa é uma categoria ampla e plural, cujo entendimento precisa levar em consideração a intersecção entre diversos elementos, como as relações de gênero e raciais, além de questões relativas a classe, crenças, contexto familiar, afetivo e profissional, dentre outros. Fica ressaltada, assim, a importância de um entendimento contextual dos processos de “reconhecer” e de “viver” as lesbianidades.

Essa multiplicidade de cruzamentos analíticos também marca os dois artigos da coletânea que se propõem a uma investigação do universo de sociabilidade e das subjetividade de travestis, em dois contextos diferentes:

o do fluxo migratório Recife/ Brasil-Espanha, e o bairro da Constitución, na cidade de Buenos Aires, Argentina. A perspectiva comparativa proporcionada pelas visões das duas pesquisadoras, Maria Cecília Patrício e Nayla Vacarezza, nos ilustra com fineza de detalhes, a força dos trânsitos e das espacialidades no interior dos complexos processos de constituição da pessoa travesti.

Maria Cecília Patrício em “Como ser Brasileira lá e Européia Aqui”, analisa os deslocamentos transatlânticos como produtores das identidades das travestis. Se determinados atributos associados à feminilidade mulata são valorizados através de roupas, acessórios, gestos e certa postura corporal em contextos de mercado do sexo de cidades espanholas, no Recife, a experiência da travesti que teve a oportunidade de viajar é que se apresenta como um capital, através de experiências de vida, narrativas, aprendizados e posse de alguns bens de luxo, como maquiagem e roupas. A circulação intensa destas pessoas, que lhes permite de alguma forma escapar de determinadas situações de risco – as quais estariam imersas em uma infinidade de preconceitos a que estão sujeitas –, é apresentada quase como metáfora para as intensas transformações corporais e subjetivas constituintes da experiência travesti, como se o fluxo operasse ele mesmo como necessidade ontológica.

A transformação, tema caro aos estudos sobre essa população, também é abordada por Vacarezza em seu artigo sobre o trabalho de evangelização de um grupo pentecostal em um bairro de meretrício de Buenos Aires. Contrapondo as falas de agentes evangelizadores e de seus alvos, as travestis que se prostituem no bairro da Constitución – o mais baixo na escala de contaminação pelo mal possível –, a autora ilustra uma batalha na produção de sexualidades e subjetividades em torno de um padrão moralmente aceito pelos ditames da Igreja.

O artigo de Ana Dominguez Mon e José Garriga Zucal aborda a relação entre moralidades, classes sociais e percepção social de riscos a partir da ótica de homens e mulheres usuários/as de serviços de saúde na cidade de Buenos Aires, na Argentina. Neste contexto, a pesquisa conta com 62 pessoas entrevistadas e revela como as políticas institucionais ligadas à atenção básica em saúde operam com estereótipos de gênero, principalmente no que diz respeito ao desconhecimento das práticas cotidianas masculinas na participação do cuidado infantil. Os dados etnográficos produzidos pelos autores nos

convidam a tomar criticamente estereótipos tanto de gênero como de universos simbólicos ligados à classe social.

Sandra Azeredo apresenta *Desejos secretos: A história de Sidonie C., a paciente homossexual de Freud* de Ines Rieder e Diana Voigt. A resenha de Azeredo busca refletir como esse livro compõem um retrato da vida privada da nascente burguesia européia no início do século XX.

BIBLIOGRAFIA

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu* [online]. 2006, n. 26, pp. 329-376. ISSN 0104-8333. doi: 10.1590/S0104-83332006000100014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Fundamentos Contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu* (11), 1998.

CARRARA, Sérgio e SIMOES, Júlio Assis. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. *Cadernos Pagu* [online]. 2007, n. 28, pp. 65-99. ISSN 0104-8333. doi: 10.1590/S0104-83332007000100005.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu* [online]. 2004, n. 22, pp. 201-246. ISSN 0104-8333. doi: 10.1590/S0104-83332004000100009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*, Porto Alegre, 16(2): 5-22, jul/dez, 1990.

MISKOLCI, Richard e SIMOES, Júlio Assis. Apresentação. *Cadernos Pagu* [online]. 2007, n. 28, pp. 9-18. ISSN 0104-8333. doi: 10.1590/S0104-83332007000100002.